



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Sua Referência:

Nossa Referência: FP-085/2022

Data: 06/06/2022

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Educação e Ciência
Senhor Deputado Alexandre Quintanilha
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: Pedido de informação - Petições nºs 8/XV/1.ª, 16/XV/1.ª, 17/XV/1.ª e 18/XV/1.ª

Ex. ^{mo} Senhor Presidente,

Na sequência do pedido que nos é apresentado, cumpre-nos informar:

- **Petições n.ºs 8/XV/1.ª e 17/XV/1.ª:** tendo sido apresentadas pela FENPROF, os motivos expostos nos próprios textos apresentados e subscritos pelos peticionários justificam o pretendido com a apresentação destas petições;

- **Petição n.º 16/XV/1.ª:** como é do domínio público, decorrente da manifestação de posições diversas a este propósito, a FENPROF considera que o atual modelo de avaliação do desempenho docente não é de natureza formativa e entende que a aplicação de quotas na atribuição de determinadas menções, perverte o ainda mais, gerando situações de tremenda injustiça, dadas as implicações que a avaliação tem na progressão na carreira docente (dispensa de vaga aos 5.º e 7.º escalões e redução do tempo de permanência no escalão para que o docente progride), e impedindo, independentemente do modelo em vigor, a afirmação do mérito absoluto presente na atividade desenvolvida por cada docente;

- **Petição n.º 18/XV/1.ª:** a este propósito, a FENPROF tem sido clara na demarcação em relação ao atual modelo de gestão das escolas e agrupamentos de escolas por considerar que fere algumas das mais elementares normas de democraticidade. A gestão democrática das escolas esteve sempre no caderno reivindicativo da FENPROF porque as questões relativas à autonomia, direção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima de escola. As alterações legislativas introduzidas nesta área, particularmente a partir de 2008, representam um grave retrocesso no funcionamento democrático das escolas, daí, nesse mesmo ano, mais de 25 000 docentes terem assinado petição entregue na Assembleia da República, contestando as alterações que estavam a ser preparadas pelo

governo e que acabaram por ser impostas e ainda hoje vigorarem. A concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, inibindo as práticas democráticas colegiais e até os processos eleitorais, ou a limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, são sinais de um novo paradigma: o gerencialismo na educação escolar.

O impacto negativo do atual modelo é cada vez mais sentido nas escolas, sendo frequentes situações de abusos de poder que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. A situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores ainda vão conseguindo contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece. Mas, quinze anos passados sobre a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, torna-se por demais evidente que muitos dos problemas que as escolas hoje enfrentam estão relacionados com a sua organização e gestão. A construção de um outro regime de direção e gestão das escolas torna-se, assim, um objetivo reivindicativo da maior importância para os professores e para a FENPROF.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. É pela prática democrática e através do exercício de direitos essenciais, como a participação e a eleição, que se vive a democracia. As crianças e os jovens são socializados – ou não – para os valores da democracia, da cidadania, do diálogo, da participação, através da vivência numa organização onde estão cada vez mais anos da sua vida. A democratização do governo da escola deve, por isso, ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica. A elegibilidade e a colegialidade dos cargos de direção e gestão (de topo e intermédia) são marcas distintivas da administração das escolas em Portugal. E a FENPROF considera que a assunção destes princípios é absolutamente decisiva para a promoção de uma escola pública e democrática, não esgotando, por isso, o problema no número de mandatos. Infelizmente, o problema é bem mais profundo.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'O Secretariado Nacional



Mário Nogueira
(Secretário-geral)